

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

REQUERIMENTO Nº , DE 2026
(Da Sra. Renata Abreu)

Apresentação: 24/02/2026 17:32:30.850 - CDU

REQ n.3/2026

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano, para debater o projeto "Favela 3D" e demais estratégias integradas de superação da pobreza em territórios de alta vulnerabilidade social.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeiro, ouvido o Plenário desta comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, para debater sobre o projeto Favela 3D, as seguintes pessoas:

- a) **Sr. Guilherme Simões Pereira**, Secretário Nacional de Periferias do Ministério das Cidades;
- b) **Representante** do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- c) **Representante** do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- d) **Sr. Edu Lyra**, fundador da Gerando Falcões.



JUSTIFICAÇÃO

A presente audiência pública tem por finalidade conhecer e discutir a adoção de estratégias integradas de superação da pobreza em territórios de alta vulnerabilidade social, tomando como referência o programa **"Favela 3D — Digna, Digital e Desenvolvida"**, idealizado pela organização Gerando Falcões. A iniciativa parte de um conceito de transformação sistêmica das favelas, combinando intervenções em infraestrutura urbana, acesso a serviços essenciais, inclusão produtiva, educação e conectividade digital, para romper o ciclo intergeracional da pobreza e ampliar a qualidade de vida das famílias residentes.

Trata-se de tecnologia social já implementada em diferentes localidades do país por meio de parcerias com governos, empresas e sociedade civil, com planejamento territorial, metas e entregas verificáveis. A experiência tem sido apresentada como transformação sistêmica de território, conduzida com governança multissetorial e foco em dignidade e desenvolvimento.

Em São Paulo (Favela do Haiti), balanço público divulgado pelos parceiros do projeto registrou entregas como reforma habitacional de moradias, modelos de casas sustentáveis, cronograma de universalização de abastecimento de água em cooperação com a Sabesp, e requalificação de espaço público, além do delineamento de metas em desenvolvimento social, a partir de diagnóstico comunitário (como taxas de analfabetismo e de evasão escolar). Esses resultados foram construídos sob a lógica de colaboração entre poder público, iniciativa privada e organizações do território, reforçando a necessidade de planejamento, metas e transparência na execução.

Ressalta-se que a proposta em pauta converge com agendas contemporâneas de impacto social e governança cooperativa, como demonstram compromissos recentemente firmados para transformar favelas em política pública com moradia, saneamento e oportunidades em comunidades de pequeno e médio porte. A deliberação participativa sobre tais caminhos é medida necessária para adaptar soluções testadas à realidade local e garantir controle social sobre prioridades, cronogramas e indicadores.



Diante da relevância social e da maturidade técnica das experiências já em curso, a realização desta audiência pública mostra-se imprescindível para subsidiar decisões desta Casa sobre programas e parcerias vocacionados a transformar territórios de vulnerabilidade em ambientes dignos, digitais e desenvolvidos, com metas claras, governança multissetorial e avaliação contínua de resultados.

Sala da Comissão, em 24 de fevereiro de 2026.

Deputada Renata Abreu
(Podemos/SP)

